

O LUGAR DAS CRÔNICAS: A Literatura do Cotidiano para a História

THE PLACE OF CHRONICLES: Everyday Literature for History

Ana Luiza Mello Santiago de Andrade¹

Resumo: O presente texto tem por objetivo promover uma reflexão sobre as interpretações da literatura para os estudos históricos, levando em conta diferentes formas de olhar para a fonte literária. Assim, apresenta um debate historiográfico sobre o uso da fonte histórica e as interpretações dos historiadores para, enfim, voltar o foco para as crônicas, um tipo de literatura considerada menor, mas que possibilita ao historiador o contato com o cotidiano do passado. Apresentando algumas questões básicas para o trabalho com a fonte literária, reflexões sobre os caminhos da história e da literatura enquanto formas de contar/narrar o passado e discutindo as relações entre realidade e ficção esse texto procura discutir o potencial da literatura como fonte histórica.

Palavras-chave: Literatura, Crônicas, Cotidiano.

Abstract: This paper aims to promote a reflection on the interpretations of literature within historical studies, considering different ways of approaching literary sources. It presents a historiographical debate on the use of historical sources and historians' interpretations, ultimately shifting the focus to chronicles — a type of literature often considered minor but which enables the historian to engage with the everyday life of the past. By addressing some basic questions regarding the use of literary sources, reflecting on the paths of history and literature as forms of telling/narrating the past, and discussing the relationship between reality and fiction, this text seeks to explore the potential of literature as a historical source.

Keywords: Literature, Chronicles, Everyday life.

Introdução

O relacionamento entre História e Literatura não é recente, e tampouco calmo. Há conflitos intensos e definições de campo que nos levaram a distinguir as duas formas de narrar, de contar algo. Mas, parece evidente que estes dois campos se aproximam no seu fazer: dedicados a narrar, parecem, por vezes, exercer a mesma função. Neste sentido é fundamental que historiadores e historiadoras estejam aptos para lidar com a literatura na história, e cientes da complexidade de tal fazer. Fonte imprescindível para compreensão de tempos passados e presentes, a narrativa literária parece fértil para o historiador bem instrumentalizado para passear entre os tempos — do autor, da escrita, da divulgação e do presente da análise do historiador. O texto que aqui se inicia tem, pois, por objetivo, apresentar questões básicas — mas fundamentais — para lida do historiador com a fonte literária, refletindo sobre aproximações e distanciamentos entre literatura e história; as

¹ Doutora em História Social (2018) pela Universidade de São Paulo (USP), graduada (2011) e mestra (2013) em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professora substituta nesta mesma instituição, no Departamento de História. E-mail de contato: analuizaandrade@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1551512630032635>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7735-5385>.

definições sobre narrativas — histórica e literária; a tomada da literatura como documento para a história; o debate entre o verossímil e o ficcional — e o aparato do real como elemento decisivo na análise da história sobre a literatura; e, por fim, uma discussão sobre um tipo textual específico: as crônicas, que abrem caminhos para o olhar do historiador sobre o cotidiano do passado.

De um lado a arte e a poesia; de outro a escrita metódica, racional e científica. Os polos parecem opostos, mas ao tratar de uma ciência humana, percebe-se facilmente a proximidade entre esses dois mundos. Mesmo que por um lado tenhamos “A convenção da veracidade, própria da História” e por outro “a convenção da ficcionalidade, própria da literatura” (Ruiz, 2010, p. 78), é possível traçar aproximações entre os mundos, especialmente compreendendo a literatura dentro de seu contexto de produção. Durval Muniz de Albuquerque Jr. é assertivo quando afirma que “Conhecer é uma atividade” (Albuquerque Jr, 2007, p. 61). Ora, o conhecimento, em si, não é passivo, e, assim, o conhecimento sobre o passado se dá de forma ativa: analisar uma obra literária, portanto, exige um esforço de compreensão do presente sobre o passado — dominando formas de linguagem, contextos de expressão e produção, lugar social, político e cultural do escritor, suporte de divulgação. O historiador preocupado com a literatura, que se dedica ao estudo dela e tem-na como fonte privilegiada de análise sobre o passado não deve negligenciar tal esforço, correndo o risco de reproduzir a literatura como fonte pura, produtora de verdades concretas, eliminando a necessidade do profissional da história na análise da literatura e, assim, produzindo uma visão ingênuasobre o documento do passado.

Cumpre, pois, distinguir estes dois mundos, a fim de compreender os fazeres específicos de cada um. O texto literário é plural, não só em seu conteúdo como também em suas formas: prosa e poesia; romance, biografia, crônica. Diversas são as modalidades de escrita literária. Eles dão ao historiador, cada qual com sua forma, o acesso a múltiplas leituras e, por isso, múltiplas formas de olhar para determinado contexto. De acordo com Antonio Celso Ferreira, nas últimas décadas houve uma mudança significativa na relação entre a história e a literatura. Por muito tempo o texto literário não foi considerado *seguro, crível, fiel* para as análises historiográficas. No entanto, com a abertura do campo nas últimas décadas do século XX e a consequente abertura no entendimento das fontes históricas, houve a potencialização da literatura na história. Ferreira aponta que

Mais do que isso, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das

experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (Ferreira, 2009, p. 61).

Por possibilitarem leituras múltiplas sobre o passado, dando a ler aspectos variados de formas de vida, organização social e práticas culturais de tempos e espaço, a literatura voltou com potência aos estudos históricos. Diferente da escrita literária, a história parte do seu saber específico, como afirma Albuquerque Jr:

Não devemos reivindicar para a História mais do que seu lugar como saber específico. Se ela jamais será uma ciência capaz de proposições inquestionáveis, se não poderá ser uma arte com total liberdade de criação e não pode submeter o devir histórico a uma filosofia, a uma razão e explicação unívoca; nós, historiadores, podemos fazer disso a delimitação de nosso espaço [...] (Albuquerque Jr, 2007, p. 64).

Assim, a narrativa do historiador em muito se diferencia da narrativa literária, porque parte de uma análise sobre o passado mediada por método e por referencial teórico, que auxiliam o historiador na escrita da história. Por isso tal narrativa é limitada: limita-se pela fonte, pela forma de analisá-la, pelo arcabouço teórico disponível para análise. Ao historiador não é permitida a invenção de informações:

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador. (Albuquerque Jr, 2007, p. 62-63).

Ao historiador cabe, portanto, a formulação de problemas sobre o passado. Munido das questões do presente que ele vai ao passado e, por meio das fontes, interroga, interpreta e transforma os documentos, produzindo narrativas verossímeis para o presente. A escrita da história, portanto, não existe se não colocarmos em perspectiva passado e presente, se não operarmos o passado a partir do presente, ou seja,

Nós ordenamos e organizamos a causa. O determinante é, pois, a história do que construímos, como construímos, as condições da construção, porque o já feito limita o que se pode fazer agora. A historicidade reside nesta dependência das ações e experiências presentes e das ações e experiências passadas (Albuquerque Jr, 2007, p. 60).

Esse caminho do historiador para o passado só é possível a partir de uma ampliação no entendimento do que são os documentos históricos. Se por muito tempo considerou-se que apenas os documentos oficiais, aqueles referentes aos atos políticos e ações de

Estados eram dignos da intervenção da história. Hoje entende-se que os documentos são dos tipos mais variados e, por isso mesmo, permitem visões plurais e profundas sobre as sociedades passadas. Desta forma “a ampliação do repertório de fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fontes inseriram-se no crescente movimento de renovação da historiografia no século XX” (Ferreira, 2009, p.63).

Assim, diferentes tempos, espaços e sujeitos tomam corpo na escrita da história. E é justamente o documento que impõe o limite ao trabalho do historiador: para além dela o profissional da história estaria sujeito à criação, à invenção e à interpretação sem fundamentos e assim sendo “[...] o documento, em todas as suas formas, deixou de ser entendido como expressão de verdade e transparência, para ser analisado como monumento” (Ferreira, 2009, p.64).

Embora possamos compreender o passado como invenção, é uma invenção da qual fazem parte diversas camadas de produção de sentido: sujeitos que viveram em um mesmo tempo podem ter experiências de vida completamente diversas em um mesmo contexto: daí a beleza da escrita da história que pode se dedicar a escrever uma narrativa crítica e interpretativa sobre os rastros tão plurais que determinado passado deixou ao presente, usando de certa imaginação (sempre limitada) para poder gestar a História:

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos (Albuquerque Jr, 2007, p. 63).

A diferença é que o trabalho do historiador, diferente do romancista, do escritor ou do artista, é limitado. E é limitado, justamente, pela fonte: é ela que impõe as fronteiras e determina até onde o historiador pode ir. Sabemos que “Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço” (Albuquerque Jr, 2007, p. 64). História e literatura informam, mas informam diferente, pois “a literatura não documenta o real nem constitui representação semelhante aos discursos científico, filosófico, político, jurídico ou outros” (Ferreira, 2009, p. 66), que é exatamente o que faz a História, a partir de seu arcabouço teórico e metodológico.

A atividade do historiador é, portanto, fazer perguntas. É ação orientada. Os rastros não são, *a priori*, documentos. O que os transforma em documentos é justamente a ação do profissional, que, com as perguntas certeiras, mobiliza estes traços do passado em uma operação historiográfica. Para Ricoeur o documento não está pronto à espera do historiador. Ele é intencionalmente encontrado, ainda que se leve em consideração as surpresas que a pesquisa científica pode encontrar (Ricoeur, 2007).

Neste sentido, cabe-nos constatar e compreender o texto literário como uma fonte possível para a História. Ele nos permite historicizar um passado próximo ou longínquo, compreendendo a complexidade dos olhares, pontos de vista, e formas de dotar o mundo de sentido. Por isso, mesmo que o texto literário seja próximo da ficção, ele fala muito sobre o seu presente de produção, informa sobre aquele tempo e espaço e permite ao historiador interpretá-lo e assim, desde o final do século XX

os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (Ferreira, 2009, p. 61).

Isso não quer dizer que a literatura seja somente imaginação e entretenimento. Ela está sempre em relação constante com a sociedade que a produziu, que permitiu aquela interpretação de mundo, aquela realidade sociocultural.

R. Chartier sintetiza bem o debate entre ficção e realidade, literatura e história. Ele destaca que, por um lado, a ficção, embora comunique sobre uma dada realidade, não pretende ser igual a ela, já a História tem por objetivo primordial reconstruir o passado no presente, trazer o passado à tona num presente em que esse passado não mais existe e, assim, “o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história” (Chartier, 2010, p. 24-25).

Uma das vias possíveis de se mediar e interpretar a literatura como fonte para a história é levar em consideração a figura do autor: em qual contexto de produção está inserido? Quais experiências o levaram a escrever sobre determinado tema? Qual sua rede de sociabilidades? Qual sua formação intelectual? Assim, vê-se que há muito da constituição subjetiva do autor no texto literário que produz. Os debates sobre memória, portanto, podem ser muito úteis ao historiador dedicado a analisar e compreender os textos literários como fontes para a história.

Mediar a relação entre história e memória é uma das tarefas do historiador que intenta problematizar, especialmente, o tempo próximo. Ricoeur propõe uma terceira via, a da compreensão das dimensões da memória e da história para notar a forma como se interpenetram e retroalimentam. Narrativas literárias, especialmente as produzidas neste *breve século XX*, carregam muito das memórias pessoais do autor e assim pode-se encará-las desta forma: compreender as possíveis manipulações de memórias, o forjar de uma trajetória por meio daquilo que se conta (e também do que se deixa de lado na narrativa fictícia).

Quando se está falando sobre produções literárias um fator a se levar em conta na análise historiográfica é o contexto de produção e a subjetividade daquele que escreveu. Pode-se entender o escritor como intelectual, por exemplo. A história de intelectuais vem ganhando destaque nos últimos anos. Se por um bom tempo tal campo foi restrito a estudos pontuais e por vezes malvisto, nos últimos anos há um crescente de pesquisas que se dedicam a mapear as atividades intelectuais. Para François Dosse

La construcción de esta hermenéutica Del tiempo histórico brinda un horizonte cuya trama ya no está baseada en la mera finalidad científica, sino que tiende hacia un hacer humano, un diálogo por instituir entre las generaciones, un actuar sobre el presente. Desde esta perspectiva, la historia intelectual puede fijarse la meta de volver a abrir el pasado, interpretar desde una óptica diferente sus potencialidades y sus devenires no verificados. (Dosse, 2004, p. 54)

É preciso, portanto, olhar de maneira renovada para atividades intelectuais, especialmente porque “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (Sirinelli, 2003, p. 232), e a história da produção literária pode se situar neste campo de estudos.

Uma história ancorada no presente parte da premissa que toda história produzida só existe a partir do presente, no sentido de compreender que as perguntas lançadas aos documentos são inquietações do tempo daquele que pesquisa, e não do passado das fontes. Para Henry Rousso o historiador que se dedica ao passado próximo busca “agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana” (Rousso, 2016, p. 17). Tal experiência humana ganha novos contornos se observados a partir do olhar da literatura, afinal “toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem” (Ferreira, 2009, p. 67).

O que se está buscando promover aqui é uma reflexão sobre as possibilidades de uso da literatura na História. Vimos até agora um potencial articulação entre história e memória a partir das narrativas literárias, assim como os possíveis estudos de história do tempo presente e da história de intelectuais. Historiadores dedicados a este tipo de fonte — o texto literário — tem formas múltiplas para interpretá-las. Por isso é de fundamental importância perceber os caminhos possíveis por onde seguir na operação historiográfica.

Há os historiadores que se dedicam a mobilizar o conceito de representação para compreender o mundo da literatura; há os que a entendem como testemunhos do passado;

e há aqueles que procuram dar mais destaque à atividade leitora, mais do que ao próprio conteúdo do texto literário e ficcional. Seja qual for a forma ou a opção

o que caracteriza a operação historiográfica é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos. De acordo com essa concepção, texto e contexto não configuram polos incomunicáveis, ao contrário, é possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos, e de outro lado, compreender o significado deles na sociedade (Ferreira, 2009, p. 82).

Assim, ler as marcas da sociedade nos textos literários é atividade que exige atenção do historiador. Roger Chartier, historiador francês dedicado ao estudo da literatura, desenvolveu o conceito de representação para compreender este universo. Para ele, a representação é uma forma de dotar o mundo de sentidos. Embora seus estudos sejam bastante criticados por uma suposta desconexão com uma dada realidade, o autor se defende, mostrando-nos a impossibilidade de reconstruir o passado no presente tal qual ele efetivamente foi, e, por isso, a dimensão representativa passa a ser tão fundamental aos estudos históricos. Não é possível que o passado nos chegue por completo ao presente, da mesma forma que o historiador não consegue, em sua narrativa historiográfica, remontar o real. Chartier afirma que

Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi (Chartier, 2010, p. 31).

Assim, o conceito de representação não é a invenção/imaginação de um determinado passado, descolado da realidade que foi, mas que não é mais, mas sim a explicação possível, verossímil sobre aquele passado, mediado pelo historiador.

Outra possível forma de encarar as narrativas literárias na história é partindo da perspectiva de que a obra ficcional é um testemunho sobre um determinado passado: informa sobre o contexto, sobre o autor, sobre aquele mundo possível em determinado tempo e espaço. Para Ruiz

[...] qualquer historiador neste começo de século XXI, sabem que o tecido da História está feito de uma rede de analogias e interpretações, que partem do texto, do objeto material, do documento, mas que são abstrações interpretativas, porque, no limite da verificabilidade, ‘não sabemos o que aqueles textos e estátuas querem dizer’, mas podemos explicitar o nosso ponto de vista e tentar estabelecer uma rede de relações e analogias o mais abrangente possível que possam vir a dar-

nos uma, não toda, explicação daquela realidade histórica (Ruiz, 2010, p. 91).

Tais discussões vão também ao encontro do que propõe Ivan Jablonka, quando afirma que a história é, sim, uma literatura contemporânea, e defende as aproximações entre os mundos da narrativa histórica e literária. Jablonka ainda defende que mesmo lidando com a ficção o historiador não pode se eximir de um referencial de tempo/espaço, e que a orientação pelo desejo de verdade é o que instrumentaliza o fazer da História (JABLONKA, 2020). Sidney Chalhoub (1998), historiador do campo da história social da cultura, transita por esta interpretação, compreendendo a literatura produzida em determinado tempo e espaço como um testemunho do passado.

Outro ponto ao tratar da literatura na história é refletir sobre como as pessoas leram, no passado e no presente. Os leitores formam uma massa quase amorfa, difícil de ser apreendida pelo historiador. Por isso os estudos de recepção são tão raros e tão difíceis de se efetivarem no campo historiográfico. Michel de Certeau dedicou-se no livro *A Invenção do Cotidiano* (Certeau, 2009) a pinçar as práticas dos consumidores: dos espectadores de televisão, dos caminhantes da cidade, e dos leitores dos livros. Como perceber a presença do leitor? Poucos são os espaços possíveis para que o consumidor deixe marcas da sua presença, daí a dificuldade do historiador em decifrar as formas como os leitores liam no passado. Cabe, portanto, um estudo não só do conteúdo em si das narrativas literárias, mas, também, do suporte do livro. O historiador que pretende se dedicar a perceber a forma como as pessoas comuns liam em algum tempo passado deve, portanto, levar em consideração, também, a materialidade da fonte, e atentar para a edição, a editora, a tradução, as anotações pessoais, marginálias, marcas de leitura, guardados, resenhas, número de tiragens e tantas outras informações que fogem ao texto literário em si.

Vimos até aqui a relação íntima entre literatura e história: verdade, veracidade, verossimilhança, ficção e realidade são categorias importantes de se mobilizar ao tratar do texto literário na narrativa historiográfica. Vimos também o entendimento da literatura como fonte possível para a história, e como ela informa sobre determinado passado, determinado contexto. Além disso, destacou-se possíveis formas de interpretação da literatura na história: como representação, como testemunho e como ação do leitor. Ainda cabe destacar as formas possíveis de se abordar a literatura no ensino de história, ou seja, como aproximar a literatura como fonte histórica, abordando-a nas práticas de ensino de história.

De acordo com Marcos da Silva e Selva Guimarães Fonseca

A cultura escolar, dotada de especificidades, mantém laços permanentes com outros espaços culturais, desde a formação dos professores (universidade), passando pela produção erudita com que esses profissionais tiveram e continuam a ter contato (artigos, livros) e pela divulgação de saberes (livros didáticos, cursos, exposições, simpósios) elaborada naqueles mesmos espaços (Silva; Fonseca, 2007, p. 8).

No caso dos estudos históricos, é notória a relação entre a formação de professores, a pesquisa histórica e as salas de aula de ensino básico, e, assim, as pesquisas que se efetivam sobre história e literatura abrem caminhos para possibilitar reflexões plurais, formas diversas de dotar o mundo de sentido e de interpretar o passado.

Os personagens das narrativas literárias envolvem, sensibilizam, provocam sentimentos e sensações que, por vezes, a narrativa historiográfica não consegue explorar. As camadas de sentimentos possíveis através da interpretação do texto literário afetam o que a história precisa desmontar, e, assim, mediando razão e sensibilidade, é possível pensar em práticas para as salas de aula, como propõem os autores neste livro. Parte-se da premissa que

Eles não são personagens que, sozinhos, resolverão o aprendizado da história. Mas são sujeitos da experiência humana que, certamente, contribuirão para ampliar o entendimento dos fazeres históricos, de acordo com as perguntas que professores e alunos saíramos lhes fazer (Silva; Fonseca, 2007, p. 108).

Como já mencionado, cabe ao historiador e ao professor de história provocar, saber questionar, inquirir e interrogar a sua fonte, que aí sim vai falar e informar de um contexto passado que foi e já não é mais. Que vai encantar pela sensibilidade, estrutura e leveza do texto literário. Que vai levar o estudante para o passado da literatura, com o olhar curioso e inquisidor do presente. Lynn Hunt em seu potente livro *A Invenção dos Direitos Humanos* (Hunt, 2009) destaca o papel da literatura no processo de construção da empatia, da sensibilização para com o outro, etapa fundamental para formação de uma sensibilidade que tornou possível, mais tarde, a invenção dos direitos humanos. A sala de aula, nada mais é, do que o espaço mais importante na construção de um olhar empático e sensível para com o outro e levar a literatura para o ambiente escolar é promover essa produção de sentidos sensível ao outro.

Crônicas: entre a literatura e o jornalismo

Se a literatura é um meio capaz de sensibilizar e levar-nos ao passado, as crônicas têm aí uma importante função. As crônicas se apresentam também como escritas da vida

comum. Crônicas são tipos textuais apresentados ao público para serem lidos no dia a dia. Com linguagem acessível, as crônicas veiculadas na imprensa contribuem para a divulgação de aspectos da vida urbana em constante transformação. Presentes na maioria dos periódicos brasileiros do início do século XX, constituem uma fonte relevante para a compreensão das práticas de escrita jornalística e dos modos de representação do cotidiano nas cidades.

Os diversos círculos intelectuais formavam-se em torno dos homens de letras que, por volta do final do século XIX, combinavam a atividade literária com o emprego em jornais e revistas, apontando para a profissionalização da atividade. Escritores como Coelho Neto, Olavo Bilac, Bastos Tigre assinavam crônicas e colunas diárias nos jornais da capital federal, enquanto em São Paulo Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Menotti del Picchia, entre outros, frequentavam as colunas do *jornal do Commercio*, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*. Disputando espaço com o noticiário, as colunas literárias proliferavam, exigindo maior amplitude (Cohen, 2013, p. 107).

As crônicas ofereciam aos leitores breves narrativas sobre acontecimentos cotidianos da vida urbana — como jantares benficiares, obras de calçamento e arborização de ruas, ou indicações de locais para refeições. Para além do relato factual, esses textos também veiculavam modelos de civilidade, contribuindo para a formação de normas de sociabilidade compatíveis com os ideais de um convívio social moderno e urbano.

Encarar as crônicas como exemplares da literatura moderna é um passo importante para a pesquisa histórica. Nicolau Sevcenko, importante pesquisador das crônicas no início do século XX no Rio de Janeiro e em São Paulo afirma que

Dentre as muitas formas que assume a produção discursiva, a que nos interessa aqui, a que motivou este trabalho, é a literatura, em particular a literatura moderna. Ela constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade. É por onde desafiam também os inconformados e os socialmente mal-ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para que a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social. Tornou-se hoje em dia quase que um truismo a afirmação da interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais (Sevcenko, 2003, p. 28).

O jornal oferece múltiplas perspectivas sobre um mesmo espaço e processo histórico. Tal constatação — de que cada autor imprime sua própria visão nos textos — exige do historiador uma mudança epistemológica. Se, anteriormente, prevalecia uma abordagem que privilegiava o “resgate” e a reprodução dos conteúdos documentais, cabe

hoje ao historiador interrogar criticamente as escritas do passado e problematizar as verdades pressupostas pelo material impresso.

A tarefa da História consiste na construção de narrativas verossímeis sobre o passado, a partir do questionamento das fontes e da atenção não apenas ao conteúdo textual, mas também ao suporte material, ao contexto de produção e às demais escritas presentes na publicação. Trata-se de realizar uma leitura crítica e abrangente, que considere todos os elementos envolvidos na produção e circulação de um jornal.

A exigência metodológica que se faz, contudo, para que não se regida a posições reducionistas anteriores, é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social (Sevcenko, 2003, p. 28-29).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que não há documento isento de intencionalidade. A produção de uma coluna jornalística envolve o ponto de vista do autor, a aprovação do redator e do editor, bem como a recepção esperada por parte do público — afinal, trata-se de um produto inserido em uma lógica de mercado. Atentar-se a esses aspectos implica romper com leituras ingênuas da imprensa que tomam os textos jornalísticos como verdades absolutas. O historiador, assim, comprehende as escritas como construções discursivas, representações parciais e situadas de determinados acontecimentos.

Com escrita cotidiana, ritmo leve e linguagem acessível, as crônicas consolidaram-se como um gênero característico dos impressos periódicos — especialmente os jornais — entre o final do século XIX e o início do século XX. Permanecem, ainda hoje, entre as seções mais lidas dos periódicos brasileiros. Autores como Rubem Braga, Luis Fernando Veríssimo e Millôr Fernandes contribuíram significativamente para a consolidação e popularização desse tipo de escrita, marcada pela observação sensível do cotidiano.

No contexto da chamada “revolução dos impressos” no Brasil, coincidente com os primeiros anos da República, os jornais passam a ocupar de forma mais intensa os espaços urbanos. Impulsionados por avanços tecnológicos, ampliam o número de páginas, aprimoram a qualidade gráfica e elevam as tiragens, alcançando um público cada vez mais amplo. Esse processo se relaciona diretamente com os investimentos em educação e o crescimento dos índices de alfabetização. A circulação da informação ocorria tanto por meio da leitura individual e silenciosa quanto pela leitura pública em voz alta — prática comum em praças e demais espaços de sociabilidade no período.

A transformação dos jornais no início do século XX trouxe consigo novas formas de escrita e apresentação do conteúdo. Anúncios mais elaborados, o uso de fotografias, charges e a criação de novas colunas passaram a compor os impressos, exigindo a inclusão de textos mais leves, capazes de dialogar com os temas em debate na sociedade. Nesse cenário, ganham destaque as crônicas — gênero cuja origem etimológica (do grego *hrónos* ou do latim *chronus*) remete diretamente à noção de tempo. A crônica configura-se como um retrato temporal, frequentemente marcada por pequenas notas sobre acontecimentos cotidianos, eventos ou discussões em curso, refletindo uma sociedade cada vez mais orientada pela busca constante por novidade. Assim, as crônicas tornam-se vetores privilegiados para apreensão da aceleração do tempo social característica daquele contexto, especialmente em meio às estratégias dos grandes grupos midiáticos em manter a atualidade como valor central.

Nesse período, diversos autores dedicaram-se intensamente à escrita de crônicas. Nomes como Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio figuraram como precursores desse gênero, ocupando diariamente as páginas de jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX. A atuação regular na imprensa não apenas conferia prestígio intelectual, mas também funcionava como importante fonte de sustento, paralela à produção literária. Essa aproximação entre jornalismo e literatura — por vezes marcada por tensões — foi objeto de amplos debates e estudos ao longo do século XX, consolidando a crônica como uma forma híbrida e multifacetada de escrita.

Pode-se compreender esse gênero como um testemunho do presente, inserido nas dinâmicas cotidianas dos periódicos, que demandavam textos sobre a vida nas cidades e os acontecimentos do dia a dia. Em crônica publicada em 1876, o autor afirma categoricamente: “Há um meio certo de começar uma crônica por uma trivialidade” (Assis, 1994), sugerindo que a escrita cronística se ancora no ordinário, no comum e no aparentemente insignificante. Embora a crônica possa ser considerada um gênero literário — em grande parte por ser produzida por escritores e intelectuais pertencentes a uma elite letrada cuja atividade principal era a literatura —, sua definição não se esgota nesse pertencimento. O estilo literário da crônica também se constrói a partir de sua função social, de seu suporte e de sua relação com os leitores e com o tempo presente.

Em *A vida ao rés do chão*, Antonio Cândido dedica-se à definição das crônicas enquanto gênero literário, classificando-as como um “gênero menor”. No entanto, ressalta que essa condição é justamente o que confere à crônica sua principal característica: o tom de proximidade e a escrita coloquial. Dessa forma, o gênero se apresenta como uma forma

de escrita que aproxima o leitor, adequando-se à sensibilidade do cotidiano, “se ajustando à sensibilidade de todo o dia” (Candido, 2003, p. 89).

A partir dos estudos de Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira torna-se possível compreender de que maneira a História pode abordar e analisar as crônicas. Os autores destacam que

Surgidas do acaso, da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Ao tratar de temas diversos, alinhados pela arte das transições, fariam dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada. Presos aos assuntos do dia, tais textos seriam efêmeros e passageiros, ligando-se de forma direta a seu tempo (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p. 9).

Dessa forma, as crônicas estabelecem, primordialmente, uma relação direta com o cotidiano, posicionando o cronista como um observador atento às transformações sutis das sensibilidades, às inovações e aos deslocamentos de homens e mulheres no espaço urbano.

Por sua vez, cada tempo ‘novo’ deu lugar a um discurso que considera ‘morto’ aquilo que o precedeu, recebendo um ‘passado’ já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas) (Certeau, 2008, p. 15).

O cotidiano está intrinsecamente imerso na escrita histórica, sobretudo ao considerarmos que são as ações de homens e mulheres comuns que fundamentam as práticas sociais, políticas e culturais das épocas passadas. Nesse sentido, o estudo das práticas cotidianas — como comer, morar, morrer e comemorar — revela-se fundamental para os estudos históricos, uma vez que essas ações proporcionam acesso privilegiado aos modos de vida do passado.

Em História, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto [...] Longe de aceitar os dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não é, pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um ‘olhar’. É necessário aí uma operação técnica (Certeau, 2008, p. 81).

Os jornais constituem um reflexo das características de uma sociedade, revelando modos de vida, práticas alimentares, formas de fazer política e manifestações musicais em determinado tempo e espaço. Por meio de seus conteúdos, é possível acessar aspectos culturais e sociais, uma vez que eles registram e perenizam o cotidiano. Entretanto, arquivar o cotidiano configura-se como uma tarefa complexa, dada a sua natureza efêmera e passageira.

Ao longo do século XX, os jornais se consolidaram como um dos principais meios de comunicação, nos quais se pode encontrar desde reportagens que narram acontecimentos até elementos que subsidiam a reconstrução histórica do cotidiano das cidades e do país. Conforme destaca Pierre Nora, “os media transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavra no ar” (Nora, 1979, p. 182), o que evidencia o papel dos periódicos como documentos valiosos para análises que visem compreender tais atos do passado. Nesse contexto, as crônicas assumem particular relevância, pois apresentam uma “relação singular com o tempo vivido, dependendo dos acontecimentos com os quais buscam interagir, movendo-se e transformando-se em conformidade com eles” (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p. 15).

No início do século XX, os jornais desempenharam papel fundamental na divulgação e no debate de propostas governamentais, na promoção de novos produtos e espaços de sociabilidade, assim como na disseminação de hábitos vinculados às reformas sociais e urbanas que caracterizaram o Brasil desse período. Nesse sentido, os periódicos históricos preservados em arquivos públicos e bibliotecas constituem importantes fontes para o estudo do passado, oferecendo múltiplas perspectivas sobre o cotidiano. Enquanto documentos históricos, esses jornais proporcionam aos historiadores acesso a vestígios do tempo passado, configurando-se como registros valiosos inseridos em um suporte específico que reflete as dinâmicas sociais e culturais de sua época.

Nesse contexto de transformações urbanas, observadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Belém, os acontecimentos são construídos na tessitura dos textos jornalísticos. Eleutério destaca que

A linguagem coloquial e a temática da crônica vinham ao encontro da agilidade exigida pela imprensa de periodização intensificada — diária, semanal, quinzenal, mensal. Segundo o clássico ensaio de Antonio Cândido, aquele texto privilegiava acontecimentos de durabilidade efêmera, como aliás confirmara Olavo Bilac, lembrando que as crônicas ‘escrevem-se, leem-se, esquecem-se...’ (Eleutério, 2013, p.97).

As crônicas configuram-se, assim, como um espaço de aceleração temporal na escrita, deixando marcas significativas para a análise das dinâmicas políticas, econômicas

e culturais em cidades — e sociedades — em transformação. Ao revelar o olhar apurado dos cronistas, essas narrativas se apresentam “como campo de experimentação literária quanto como testemunho de um tempo vivido” (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p. 12). Dessa forma, constituem-se em vestígios escritos, rubricas de um passado que se manifestam no presente do historiador como testemunhos históricos.

O historiador que se debruça sobre a fonte literária deve assumir a responsabilidade de considerar não apenas o conteúdo textual em si, mas também as condições de produção, a materialidade da fonte e as dimensões implícitas que os textos revelam para além do que é imediatamente perceptível. O passado retratado pelas crônicas não se apresenta integralmente ao presente, tampouco é plenamente recuperável, conforme ressalta John Lewis Gaddis:

Porém o passado, por sua vez, é algo que nunca podemos possuir. Porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, ou retornar no tempo em um experimento de laboratório ou simulação de computador. Só podemos representá-los (Gaddis, 2003, p. 17).

Assim é possível concordar com Antonio Celso Ferreira que afirma que

Toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem (Ferreira, 2009, p. 67).

A crônica configura-se como uma forma de linguagem leve e, por vezes, coloquial, que, contudo, carrega em suas linhas a expressão dos processos vivenciados por sociedades, homens e mulheres comuns. O cronista, conforme assinala Ferreira, deposita em seus escritos sonhos e expectativas, projetando e delineando futuros que, embora possam ou não se concretizar, atuam no mundo social ao construir novas demandas e alimentar o imaginário coletivo sobre o futuro. Ferreira ainda enfatiza que gêneros literários estão intimamente relacionados às condições sociais e históricas que determinam a formação do público leitor, com seus gostos e sensibilidades e que, por outro lado, também se alteram de acordo com a mudança do suporte material dos textos (Ferreira, 2009, p. 73).

Embora as crônicas sejam frequentemente percebidas como um gênero literário leve e despretensioso, “feita às pressas e sem cuidado, para consumo diário dos jornais” (Chalhoub, Neves, Pereira, 2005, p. 10), elas podem ser consideradas documentos privilegiados que permitem a leitura de representações de um período histórico, revelando intenções, vontades, estilos e modos de narrar o cotidiano.

Conforme aponta Nicolau Sevcenko, “enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser” (Sevcenko, 2003, p. 29). Assim, ainda que frequentemente classificada como literatura menor — ou, nas palavras de Antonio Cândido, situada “ao rés do chão” —, a pesquisa histórica deve dedicar-se ao estudo de todas as formas de expressão literária, reconhecendo seu potencial para a compreensão das dinâmicas sociais.

Devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais: literatura maior ou literatura menor, escritos clássicos ou não, eruditos ou populares, bem-sucedidos no mercado ou ignorados, incensados ou amaldiçoados (Ferreira, 2009, p.71).

Literatura e jornalismo constituem formas de expressão da vida humana que podem funcionar como testemunhos de um tempo, de processos históricos e de práticas sociais e culturais de homens e mulheres comuns. Na escrita efêmera dos jornais, essas manifestações registram as transformações urbanas, as expectativas de um momento eufórico e os projetos em andamento. Cabe ao historiador atento ao universo da cultura escrita e às práticas de leitura perceber, na aparente simplicidade das crônicas, os desejos e anseios de um observador sensível ao seu entorno.

Referências

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: SP, Edusc, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, NEVES, PEREIRA. *História em Cousas Miúdas: capítulos de História social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- DOSSE, François. La historia intelectual después de la lingüística. In: *Historia y grafía*, n. 23, 2004.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do Progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HUNT, Lynn A. *A Invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JABLONKA, Ivan. *A História é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

RUIZ, Rafael. Literatura: novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In; RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Artigo recebido em 03/08/2025

Artigo aprovado para publicação em 07/10/2025

Editor(a) responsável: Giovana Cobello